

# O Patrimônio Natural no Brasil

*A cultura é o agente, a natureza o meio.*

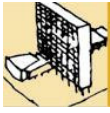
*A paisagem cultural é o resultado.*

Carl Sauer, 1929

## 1. A Legislação do Patrimônio Natural

A legislação de proteção do patrimônio cultural no Brasil surgiu na década de 1930, com a promulgação de um decreto-lei organizando o patrimônio histórico e artístico brasileiro e uma lei criando o conselho consultivo que delibera sobre esse patrimônio. Nessa mesma década surgiram, quase coincidentemente, as primeiras leis de proteção à natureza brasileira. Foram expressas em códigos pioneiros como o Código de Águas, o Código de Minas, o Decreto de Proteção aos Animais e o primeiro Código Florestal. Em certos pontos, essa legislação era mais rica que a atual. O primeiro código florestal tratava a proteção à flora de forma diversificada, com recomendações específicas para a vegetação específica de diferentes regiões do país, enquanto o atual propõe um tratamento mais homogêneo e padronizado. A atual postura não é certamente a melhor para um país com a extensão territorial, a diversidade de feições naturais e a complexidade cultural do Brasil. Data também da mesma década a criação dos três primeiros parques nacionais brasileiros. A concepção do Parque Nacional de Itatiaia, do Parque Nacional do Iguaçu e do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, foi fortemente inspirada nos moldes do Parque Nacional de Yellowstone, unidade de conservação norte-americana, concebida de forma a privilegiar critérios de excepcional beleza cênica e paisagística. Modernamente os parques nacionais brasileiros, sem excluir valores cênicos, enfatizam a preservação de processos ecológicos, de espécies vegetais ou animais e de ecossistemas.

A legislação estabelece que o patrimônio histórico e artístico nacional é constituído pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse



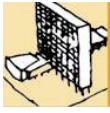
público, por sua vinculação a fatos históricos memoráveis ou por apresentarem excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. De forma análoga a esses bens, aos quais são equiparados, são considerados os monumentos naturais, os sítios e as paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que foram dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. Para efetivar essa proteção, adota-se como instrumento protetor, o tombamento, que resulta de rigoroso processo técnico, legal e administrativo que culmina na inscrição do bem nos Livros de Tombo. São quatro os livros de tomo, segundo a categoria da obra: *Livro de Tombo Histórico*, *Livro de Tombo de Belas Artes*, Livro de Tombo das Artes Aplicadas e, no caso do patrimônio paisagístico, o *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*. No caso de haver justificativas, segundo os valores daquilo que se pretende conservar, um bem pode ser inscrito em mais de um desses livros.

Embora a preservação da herança cultural e natural do país já tivesse sido explicitada, especialmente na legislação pioneira da década dos anos 30 do século passado e garantida por constituições de diversos períodos da história do Brasil, somente a Constituição Federal da República Federativa de 1988 definiu, de forma ampla e pormenorizada, o interesse pelo patrimônio natural e cultural do Brasil. Para tanto se utilizou, em seu texto, de dois diferentes capítulos.

O Capítulo sobre o Meio Ambiente trata da conservação da natureza sob um ponto de vista biológico. A responsabilidade legal e administrativa pelo meio ambiente ecologicamente equilibrado, pela preservação e restauração de processos ecológicos essenciais, pela biodiversidade e pela integridade do patrimônio genético, bem por unidades de conservação como parques nacionais e reservas ecológicas é conferida a órgãos ambientais.

O Capítulo da Cultura declara como patrimônio cultural brasileiro alguns conjuntos urbanos e sítios naturais, sendo a gestão atribuída a órgãos culturais. Segundo a definição de patrimônio cultural da Constituição da República Federativa do Brasil, uma das mais perfeitas e abrangentes em todo o mundo, "*constituem o patrimônio cultural brasileiro, os bens, de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico*".

No início dos anos oitenta é sancionada uma lei criando a Política Nacional do Meio Ambiente, lei que antecede e orienta todas as formas subseqüentes de dispositivos legais que



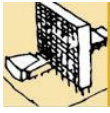
tratam da questão ambiental que, de modo geral passarão a apresentar dispositivos específicos para a preservação do patrimônio natural, muitos dos quais ainda mais rigorosos do que a proteção conferida pelas leis culturais. Princípios adotados pelo direito ambiental como a prevenção, a precaução, o desenvolvimento sustentável, a participação coletiva e o poluidor-pagador, que regem o direito ambiental, tornaram-se aplicáveis, supletivamente, às ações de defesa do patrimônio cultural brasileiro. Como exemplo, cite-se a legislação que estabelece as condições, critérios básicos e diretrizes gerais para o licenciamento a empreendimentos e atividades potencialmente capazes de afetar o meio ambiente,. Essa legislação considera a avaliação de impactos ambientais como um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. A exigência de prévia avaliação dos possíveis efeitos sobre o meio antrópico deve prever, adicionalmente, alternativas e medidas de mitigação de impactos sobre o patrimônio cultural. A recentemente promulgada Lei dos Crimes Ambientais chega a definir penas e a estabelecer valores para multas, bem como outras condições para reparação de danos causados ao patrimônio cultural.

Infelizmente, se a legislação ambiental brasileira se fez anteceder por uma Política Nacional de Meio Ambiente, o mesmo não ocorreu com a legislação cultural que até hoje não dispõe uma de Política Nacional do Patrimônio Cultural nem de um respectivo Sistema Nacional do Patrimônio Cultural visando à implantação efetiva dos deveres constitucionais de proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro. É imprescindível uma política pública claramente voltada para a promoção e defesa do patrimônio cultural brasileiro, incluindo a regulamentação, mediante instrumentos específicos, para gestão do patrimônio.

## **2. O Patrimônio Natural**

Duas posturas justificam as ações de preservação do patrimônio natural. A primeira, de cunho ético, fundamenta-se em um imprescindível valor humano, o respeito e a solidariedade que o homem, única criatura capaz de conhecer e compreender os fenômenos materiais e imateriais do universo, deve a todos os seres que o rodeiam, sobretudo às diferentes formas de vida com as quais compartilha o espaço e o tempo. A segunda, de cunho pragmático, origina-se do interesse e dependência do homem pelos recursos da natureza sem os quais não pode subsistir. A preservação dos recursos naturais assegura ao homem a possível fruição desses bens, mesmo que ainda não conheça suas possíveis formas de utilização.

Ambas as posturas se fundamentam em questões culturais. Os organismos e instituições da área ambiental dedicam-se prioritariamente a aspectos físicos e biológicos da natureza. Os órgãos culturais defendem o que é característico de cada grupo social. A pluralidade cultural constitui um



patrimônio tão rico quanto a diversidade genética. A luta contra a uniformização cultural é tão importante quanto a proteção de paisagens ou de espécies vegetais e animais.

A preservação do patrimônio natural propicia excelente exercício de integração entre os elementos físicos e biológicos da natureza, os sistemas que estabelecem entre si e com as ações humanas. Fornece chaves para a proteção sinérgica de sítios e formações naturais significativas, em conjunto e harmonia com comunidades de plantas, animais e seres humanos, sobretudo com a cultura que cada grupo estabelece em relação à natureza, aos significados religiosos, míticos, legendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros que podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural.

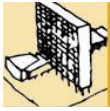
É na natureza que se encontram todas as fontes materiais e imateriais da produção cultural. É a natureza que fornece a matéria prima e a inspiração para a arte, literatura, música e outras formas de expressão cultural. Operações de preservação do patrimônio cultural como a restauração, dependem dos mesmos recursos da natureza com que foram produzidos e que devem ser também protegidos. Bens móveis e edificados não podem ser restaurados ou conservados sem a disponibilidade de materiais como pedras, madeiras, pigmentos naturais. No caso de certos bens, como por exemplo, a arte plumária, o desaparecimento de espécies animais impedirá, no futuro, que possam ser restaurados.

A valorização do patrimônio cultural depende necessariamente do grau de conhecimento que se tem de suas inúmeras e diversificadas formas de utilização. Sua preservação, da consciência e do orgulho com que os grupos sociais o amparam e guardam como elemento da própria identidade.

### **3. A Paisagem**

O conceito de paisagem é um conceito sintético. Resulta de um somatório de diferentes elementos, das formas como se inter-relacionam, de informações complexas, de inúmeras formas de percepção isoladas ou integradas, de visões analíticas que resultam em uma configuração maior, que é a paisagem. Envolve questões físicas, atuais ou pretéritas, a gênese de aspectos como a formação geológica e geomorfológica, a diversidade de formas de relevo, a compartimentação geográfica e hidrológica, registros de acontecimentos paleoclimáticos e vegetacionais de capital importância para o conhecimento da história do planeta, marcas deixadas por povos pré-históricos, as formas atuais de relevo, hidrografia, flora e fauna e, em maior ou menor grau, os efeitos provocados pelas ações do homem moderno.

Na paisagem cultural, o constante processo de envolvimento do meio físico e biológico com o homem tornam o conceito ainda mais complexo do que em uma paisagem em estágio primitivo,

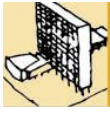


selvagem. Na consideração constitucional do patrimônio cultural em duas vertentes, a material e a imaterial, a dimensão imaterial avalia as formas de utilização de recursos, formas de expressão, modos de criar, fazer e viver que distinguem cada grupo social e que também constituem a singularidade da paisagem cultural. Questões humanas peculiares determinam ou condicionam a paisagem, constituindo uma unidade singular e infinitamente mais rica, sendo tão dignas de registro e proteção quanto a flora, a fauna, o patrimônio edificado.

A cultura brasileira apresenta grande pluralidade de fatores em sua formação. Desde tempos pré-históricos, os diferentes povos que ocuparam nosso território legaram uma infinidade de testemunhos, preservados em sítios arqueológicos. Até os tempos modernos, os mais diversos grupos étnicos continuam transformando a face do país. A questão étnica, de fundamental importância na análise da paisagem é também reconhecida pela Constituição, que determina a preservação de sítios detentores de referências históricas da cultura negra, entre os quais se incluem os remanescentes de assentamentos chamados quilombos, rotas da escravidão e cemitérios de escravos.

O valor de uma paisagem cultural decorre de sua função e da capacidade de reter marcas e registros antrópicos, inclusive de atividades pretéritas. O homem é um dos elementos de valor na paisagem, muitas vezes o principal. Sob a ótica cultural, a leitura e a compreensão da paisagem não se limita ao espaço. É também temporal. A paisagem testemunha e preserva dados de épocas passadas, sob os pontos de vista geológico, paleontológico e arqueológico. A observação da paisagem informa sobre processos de formação do planeta, da vida, da humanidade. Testemunha a aventura do homem pelo planeta, suas atividades e esforços para sobreviver e habitar este mundo, as diferentes formas como logra adaptar-se ao ambiente, impondo-lhe suas necessidades e exigências. Qualquer marca que o homem introduza na paisagem significa uma modificação para sempre, um novo significado, um diferente valor cultural. Às transformações da cultura correspondem outras recíprocas alterações. Técnicas materiais, crenças religiosas e ideológicas perpassam cada paisagem. Mesmo quando desconhecidas pelo homem, mesmo nas que nunca pisou, a marca indireta de suas ações já se fazem sentir. A paisagem é uma chave para a compreensão do mundo, de seu passado, presente e futuro.

A paisagem cultural testemunha diferentes fases de uma indissociável relação da história humana. Antes da vinda do europeu, o homem pré-cabralino que habitava o Brasil tinha, de forma geral, ocupado os mesmos sítios eleitos pelo europeu para instalação de suas cidades. Os critérios que levam o homem atual a eleger um sítio para viver são os mesmos que conduziram os grupos pré-históricos que aí se instalaram. Disponibilidade de recursos materiais como clima,



água, solos, combustíveis, alimentos e clima e valores imateriais como a beleza, o significado simbólico, mítico e sagrado de um lugar.

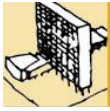
Os limites entre a paisagem natural e a paisagem resultante da ação humana tornam-se cada dia menos evidentes. Paisagens tidas como produto da natureza, após acurados estudos, revelam-se conseqüência de ações antrópicas. É o caso de monoculturas de algumas árvores frutíferas nascidas ao longo de vales e rios de forma aparentemente espontânea mas que estudos mais aprofundados verificam tratar-se do plantio de sementes utilizadas na alimentação de povos nômades pré-históricos, dispersas ao longo de suas rotas migratórias. Na Amazônia, solos de enorme fertilidade chamados de "terra preta", são importantes sítios arqueológicos. No Pará, ilhas de vegetação que irrompem no ecossistema dos cerrados, foram, durante muito tempo, tidas como formações florestais naturais. O inventário botânico desses bosques revelou a sutil existência de índices constantes e similares, em cada ilha, de diferentes plantas com diferentes formas de utilização. Em cada uma verificava-se a mesma percentagem de diversificadas espécies com finalidades mágicas, ritualísticas e com utilidades econômicas, utilizadas pela tribo indígena que habitava a região. Tratava-se de plantios intencionais e organizados de forma muita bem planejada pelas tribos aparentando, contudo, serem espécimes nativos.

Em todas belas paisagens há evidências arqueológicas de sítios onde o homem viveu, morou e erigiu sua cultura. Por vezes, a paisagem é a única forma, único testemunho e meio de transmissão de uma cultura, sobretudo daquelas já desaparecidas. Diante de um quadro natural excepcional, o homem pré-histórico sentia a mesma emoção estética experimentada pelo homem moderno, estabelecendo valores que constituem a herança de uma sociedade. Valores físicos e materiais como o clima, água, solos, fauna, flora ou imateriais, como a fruição da beleza, o respeito e a adoração pelos elementos naturais, são permanentes.

#### 4. Paisagens Arqueológicas

Um sítio arqueológico é uma abstração apenas compreendida pelos arqueólogos e especialistas. Para um leigo é incompreensível que uma quadra reticulada seja objeto de proteção por leis tão rigorosas enquanto a paisagem circundante, onde existem todos os elementos que se supõe terem permitido a ereção daquela cultura, fiquem à mercê de ações desfiguradoras e destruidoras. A gestão do patrimônio arqueológico deveria estender-se ao ambiente circundante e contar, para isto, com legislação de entorno do sítio, legislação semelhante à que existe para monumentos e sítios urbanos, dispensando-se às paisagens arqueológicas expressivas a mesma atenção que a lei confere aos sítios e às peças arqueológicas.

A arqueologia possui duas vertentes, uma material e outra imaterial. A primeira, constituída pelo sítio e pelos artefatos arqueológicos. A segunda pelas informações históricas e científicas



que o sítio pode fornecer. A técnica tradicional de pesquisa e prospeção de sítios arqueológicos é de tal forma rudimentar que acaba por resultar na destruição de todo o terreno pesquisado. Já que a informação extraída de um sítio arqueológico destrói e substitui o elemento material, deve-se exigir que toda pesquisa seja feita da forma mais completa possível. Se o sítio é exaurido materialmente, a esta exaustão deve corresponder o maior, mais vasto e completo número de informações possível. Por isto a pesquisa nunca deveria ser atribuição exclusiva de um só arqueólogo mas incluir, na medida do possível outros profissionais, uma equipe que conte com antropólogos, zoólogos, botânicos, paisagistas e outras disciplinas que permitam um trabalho multidisciplinar por excelência.

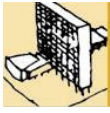
A rudimentar necessidade de escavação do terreno ora empregada, destrói todos os testemunhos materiais contidos no sítio. Por isto, as pesquisas do subsolo adotadas por disciplinas como a geologia, a paleontologia e a arqueologia são comparadas por Leroy-Gouhan a um livro cujas páginas vão sendo destruídas na medida em que são lidas, um livro que, após destruído, nenhum outro leitor poderá vir a ler. Quando uma camada de terra é retirada, tudo o que não foi transcrito está irremediavelmente perdido e o rico patrimônio material é comumente substituído por parcas e insuficientes informações. Na maioria das vezes, um único leitor tem acesso às páginas originais, um só profissional encarrega-se de sua leitura, sem compartilhá-la com ninguém. Mesmo que, no caso da arqueologia, seja exigida a preservação de uma certa percentagem do sítio, sob a denominação de bloco-testemunho, autorizações para pesquisa em sítios de excepcional potencial de informações só deveriam ser concedidas em casos extremos ou seja, quando ameaçados pelo impacto de empreendimentos danosos. A cada dia evoluem novas formas tecnológicas de leitura e prospeção de sítios, sem intervenções físicas tão drásticas como a escavação. Cada sítio arqueológico pode ser, potencialmente, um patrimônio de toda a humanidade.

## **5. A Proteção da Paisagem**

Paisagens protegidas como patrimônio cultural, aparentemente estáveis, congregam múltiplos e dinâmicos processos, dimensões e valores materiais e imateriais que, a cada instante, se apresentam e se reorganizam em novas e diferentes configurações. Nos intrincados meandros de um sítio de valor natural e cultural, o conceito de patrimônio apresenta uma móvel e coalescente pluralidade que, para ser entendida em profundidade, não pode ser percebida sob um só ponto de vista.

Especialistas em patrimônio cultural como museólogos, restauradores de bens móveis e integrados ou de bens imóveis como arquitetos e arqueólogos, convergem sua visão tradicional no bem no qual intervêm. No caso da paisagem, a visão deve ser ampliada e a tarefa de





preservar complementada por disciplinas e profissionais com uma percepção do mundo físico mais ampla e abrangente, como geógrafos, antropólogos, paisagistas e outros especialistas em paisagem natural e cultural.

O Brasil, como signatário da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972, tem o compromisso ético de preservar os bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial. No caso de paisagens culturais, o país ressentia-se da inexistência de uma legislação específica que corresponda aos critérios da Unesco. À falta dessa legislação, utilizam-se duas formas de instrumento legal. Paisagens com funções preponderantemente ecológicas são protegidas pela legislação de conservação da natureza, sob atribuição de órgãos ambientais. Paisagens de predomínio de valor histórico e cultural, adotam a mesma legislação utilizada na proteção de bens móveis, edificados e de centros históricos urbanos. Com isto, a Unesco tem como interlocutores duas diferentes responsabilidades institucionais com quem lidar no Brasil, ao tratar do Patrimônio Mundial. Uma, o órgão ambiental, no caso o Ibama, a outra, o órgão cultural federal, o Iphan. Havendo sítios mistos, com bens naturais e culturais, ambos os órgãos devem ser ouvidos. Faz-se necessário um novo dispositivo legal protetor específico para a paisagem cultural, bem como uma interlocução única no Brasil, sob a forma de uma comissão interministerial.

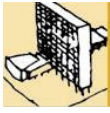
## 6. Paisagens Brasileiras

A magnitude e a ausência de compartimentação do espaço territorial brasileiro favorecem uma infinidade de feições de paisagens e elimina fronteiras políticas entre os estados brasileiros e também entre os países americanos. O Brasil compartilha, com os países limítrofes muitas paisagens comuns e constitui com todos as nações americanas, um só continente.

As paisagens notáveis do Brasil distribuem-se por grandes domínios paisagísticos que incluem regiões florestadas da Amazônia, chapadões do Brasil central, o semi-árido do Nordeste, morros florestados ao longo do litoral e, no Sul, planaltos onde ocorrem matas de araucárias e grandes pradarias.

Cada um desses domínios é rico em sítios e paisagens peculiares, do mais elevado valor estético e cultural, segundo a relevância dos diferentes componentes físicos e biológicos que apresentam. Em alguns casos, embora não resultem da ação do homem sobre o ambiente natural, há paisagens de enorme interesse estético e científico, repositórios de informações e significados que apenas o ser humano pode decifrar. Dessas, apenas uma pequena fração é conhecida ou protegida. A preservação desse patrimônio comumente esbarra em interesses econômicos. Muitos sítios de valor são descobertos em jazidas minerais, que já se encontram em adiantado processo de exploração. No Brasil há sítios de importância geológica, geomorfológica,





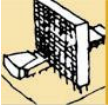
sedimentológica, ígnea, terrestre, marinha. Panoramas fantásticos como um planalto entremeado por gigantescos monólitos com as mais variadas formas de animais ou de complexas edificações. Relevos ruiformes com formações de objetos e outras figuras, vistas oníricas, como um vale de cachoeiras petrificadas ao longo de rios de águas perfeitamente puras e hialinas. Monumentos naturais como rios de água quente, picos. *canyons*, gargantas pluviais, escarpamentos e furnas, muitos com testemunhos de processos erosionais e registros do arcabouço litoestratigráfico do planeta. Organizações públicas e privadas promovem a identificação e inventário desses sítios, sobretudo os de valor espeleológicos. Em um país onde predominam grutas e cavernas de formação cárstica, há exceções como a maior caverna quartzítica do mundo ou uma rara caverna de arenito. No profundo silêncio das entranhas do planeta é possível vislumbrar paisagens de indescritível beleza. Rios e lagos subterrâneos de águas cristalinas, de cor profundamente azul. Praias, *canyons*, abismos e abóbadas com domos e clarabóias naturais que iluminam e permitem a contemplação de precipícios com mais de cem metros de altura e largura. Em alguns desses cenários grandiosos já se registra a ocupação humana com datações de até doze mil anos.

Mudanças pretéritas no clima terrestre foram preservadas em testemunhos existentes em sítios paleoambientais. A gênese e a evolução da vida planetária, em sítios paleobiológicos. Inusitados sítios paleontológicos contêm registros paleobotânicos como algumas das mais importantes florestas petrificadas do planeta, depósitos e afloramentos de fósseis vegetais e animais ou mesmo aspectos de suas vidas cotidianas como pegadas petrificadas de megafósseis.

Há também sítios de importância interplanetária como as estruturas resultantes do impacto de asteróides com a superfície da Terra, ocorridas em fases iniciais da história geológica. São os astroblemas, processo dominante e comum a corpos planetários de todo o sistema solar, inclusive a Terra. Dos onze astroblemas existentes na América Latina, oito estão em território brasileiro. O maior e mais antigo da América do Sul, resulta de um corpo celeste que no Cretáceo penetrou a crosta terrestre a uma profundidade de 2.400m, soerguendo o núcleo central da cratera que resultou do impacto e criando, no Brasil Central, uma bacia de 40km de diâmetro, uma paisagem peculiar, de origem extraterrestre, com forma elíptica, com cristas e elevações anelares circuncêntricas contendo, dentro de seus contornos, vales, colinas, faixas de depressões e até mesmo uma cidade.

## 7. A História da Paisagem

Além da leitura geológica, paleontológica e arqueológica, a compreensão da paisagem brasileira exige constantes consultas a um rico material bibliográfico e iconográfico constituído por livros, textos, desenhos, gravuras e pinturas sobre o Brasil. Antes do século XIX predominam poucos relatos que nem sempre se referem à natureza e à paisagem, predominando testemunhos



de fatos históricos e questões antropológicas. As cartas de Américo Vespúcio são o documento oficial que inaugura a série de relatos de cronistas e viajantes que enriquecem o registro de informações sobre o Brasil. Segundo algumas fontes, Américo Vespúcio teria antecedido a presença dos portugueses no Brasil. Em uma de suas viagens à América, o florentino teria conhecido o litoral do Nordeste, cujas praias comparou ao próprio paraíso terrestre.

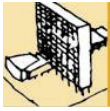
A esquadra do descobridor do Brasil, Pedro Álvares Cabral, produziu o primeiro e um dos mais valiosos textos que chegaram até nossos dias, a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, que descreve o exato momento do desembarque em um mundo ainda perfeitamente virgem e casto. *"Neste mesmo dia, à hora de véspera, avistamos terra! Primeiramente um grande monte, muito alto e redondo; depois, outras serras mais baixas, da parte sul em relação ao monte e, mais, terra chã. Com grandes arvoredos. Ao monte alto o Capitão deu o nome de Monte Pascoal; e à terra, Terra de Santa Cruz."*

O desembarque consolidou o intercâmbio entre os dois mundos e as duas culturas. O português espanta-se com o *"arvoredo que é tanto e tamanho, e tão basto e tanta quantidade de folhagem que não se pôde calcular"*. O índio, que desconhecia a propriedade privada, vivendo da extração imediata de recursos da natureza, revela-se puro e indefeso como uma criança.

A chegada do branco é comparável à penetração de um vírus maléfico em um organismo sadio e equilibrado, cujo sistema imunológico não se acha provido de anticorpos para enfrentar os efeitos da contaminação. Inicialmente os portugueses se mostram gentis com o nativo. Mais tarde a relação irá revelar sintomas mais graves, vindo a culminar, em tempos modernos, na destruição de quase todo o revestimento vegetal do país, na extinção de espécies da flora e fauna, no extermínio de nações inteiras do habitante original do Brasil. A suposta população de 1 a 5 milhões de indígenas em 1500, foi reduzida a uns 200 a 300 mil, com direitos legais mas não efetivos a apenas um décimo do território que outrora ocuparam.

Muitos relatos dos viajantes dos dois primeiros séculos da História do Brasil eram de padres jesuítas descrevendo a luta pela catequese de um povo inculto, sem maiores referências à natureza. Alguns autores portugueses falam deste paraíso, como Tomé de Sousa, Pero Lopes de Sousa, Gabriel Soares de Sousa, Pero de Magalhães Gandavo. O padre Fernão Cardim foi o autor de um tratado a respeito *"Do clima e terra do Brasil e de algumas coisas notáveis que se acham assim na terra como no mar"*.

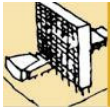
Em 1650, Simão de Vasconcelos afirmou: *"tem a verdura das ervas e arvoredos do Brasil engraçadamente as bondades seguintes. Enfeita a terra, alegre a vista, recreia o cheiro, sustenta o gado, cura os homens, engrandece os edifícios, farta os famintos, enriquece os pobres: não sei mais bondade houvesse nas da primeira criação"*.



Ao conquistador português não bastava o conhecimento dos mares e do litoral iniciado no século XVI e materializado em cartas representando o contorno dos continentes e rotas marítimas. Era necessário aprofundar-se pelo interior, afirmar a conquista das novas terras, colonizá-las, impedir que outras nações tomassem conhecimento de riquezas que, com certeza, iriam despertar seu interesse. Coube a brasileiros como Alexandre Rodrigues Ferreira e Frei Veloso a tarefa inicial de estudar a riqueza da nossa flora e fauna. O primeiro, naturalista baiano doutorado pela Universidade de Coimbra e membro da Real Academia de Ciências de Lisboa, foi nomeado, em princípios de 1783, no reinado de Dona Maria I, para empreender a *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*, título de sua avantajada obra. Recebeu a missão de embrenhar-se pelo interior do país, recolher e aprontar todos os produtos dos três reinos da natureza que pudesse encontrar, remetendo-os, junto com suas próprias observações filosóficas e políticas, ao Real Museu de Lisboa. Muitas informações são de grande interesse como, por exemplo a existência de um arroz selvagem que vicejava espontaneamente e era cultivado na região de Vila Bela, em Mato Grosso.

Frei José Mariano da Conceição Veloso, mineiro de São João Del Rei não teve oportunidade de estudar em Lisboa nem de aventurar-se a outras províncias brasileiras. Trazido de uma aldeia indígena São Paulo para o Rio de Janeiro, comprovou ao perspicaz vice-rei habilidade em procurar e descobrir novas espécies de "*plantas virtuosas para a História Natural*". Foi encarregado de atender à Metrópole que solicitava o envio do maior número possível de ervas da Colônia e de informações sobre suas virtudes, dedicando-se com o maior afincamento às ciências naturais do que à teologia. Empreendeu uma *Expedição Botânica* simultânea à de Alexandre Rodrigues Ferreira, conquanto dentro de limites muito mais estreitos, que não ultrapassavam o estado do Rio de Janeiro. Durante cinco anos realizou o importante trabalho de elaborar uma *Flora Fluminensis*, com mais de 3.000 originais de pranchas ilustradas, que o Imperador. D. Pedro I, convicto da importância do trabalho, fez enviar a Paris para serem impressos. Frei Veloso escreveu também sobre plantas, pássaros e horticultura..

Malgrado o impedimento que Portugal impunha à entrada de estrangeiros no país, o que só cessou após a vinda de D. João VI e a conseqüente abertura dos portos a outras nações, o Brasil quinhentista e seiscentista foi também visitado por alguns estrangeiros que registraram importantes testemunhos sobre a aurora de nossa história. Dentre esses poucos visitantes citem-se os nomes de Hans Staden, André Thevet, Jean de Léry, Ulrich Schmidel, Yves d'Evreux, Claude d'Abbeville e um padre toscano, Giovanni Antonio Andreoni que, camuflado sob o criptônimo de Antonil, publicou *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*.



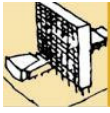
Dentre esses primeiros cronistas não portugueses destaca-se a figura quase lendária de um arcabuzeiro alemão, Hans Staden, autor de *Duas Viagens ao Brasil* que inclui, além de pequeno e encantador relatório ilustrado sobre a vida e os costumes antropológicos do Brasil no século XVI, breves e rudimentares descrições de espécies zoológicas e botânicas.

André Thevet, cosmógrafo do rei francês, autor da obra *Singularidades da França Antártica*, tratou de costumes, doenças, bestas raras e diferentes. A descrição e ilustração dos animais obedeciam a critérios fantásticos e pouco realistas. A ilustração privilegiava o aspecto fantástico, fazendo lembrar os bestiários, obras da iconografia medieval nos quais o ilustrador retratava um animal, segundo informações orais de quem o descrevia, sem definir os limites entre o ser existente ou um monstro irreal.

O sapateiro e estudioso de teologia calvinista Jean de Léry publicou em 1580 uma narrativa de uma viagem feita à terra do Brasil ilustrada com gravuras em madeira. O texto original, escrito em um francês pitoresco, foi logo traduzido para o alemão, holandês e latim, idioma oficial no mundo ocidental quinhentista.

Outro francês, Jean de Léry cita o comentário de um índio sobre a ganância dos franceses pelo pau-brasil, logo que se apercebe da estranha voracidade do branco pelos recursos da natureza, argumentos muito semelhantes aos dos peles-vermelhas norte-americanos cujas cartas tiveram ampla divulgação no mundo: "*vós outros sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos como dizeis quando aqui chegais e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que, depois de nossa morte, a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isto descansamos sem maiores cuidados*".

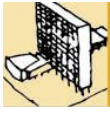
As atividades de investigação científica no Brasil, intensificam-se no século XIX. O país é oficialmente inaugurado pela Corte Portuguesa e passa da condição de colônia para Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarve. Intensifica-se o vaivém de um número crescente de viajantes que, financiados pela realeza européia, cumpriam, por um lado, atribuições acadêmicas e papéis de cientistas e, por outro, eram informalmente encarregados de funções políticas bastante sutis, como representantes diplomáticos dos futuros interesses comerciais que seriam despertados por suas descobertas. Novos relatos de viagens vão sendo produzidos, a maior parte assinados por naturalistas atraídos pela imagem de paraíso tropical de um país com a natureza ainda virgem e intacta. Os nomes mais conhecidos e de leitura mais fácil e agradável são Spitz e Martius; Auguste Saint-Hilaire; Maximiliano, príncipe de Wied-Neuwied; Johann Emanuel Pohl; Friedrich Sellow, o Dr. Lund; Warming; George Gardner; Langsdorff; o mineralogista Eschwege; Thomas



Ewbank; Carl Seidler; Louis e Elizabeth Cary Agassis; Charles James Fox Bunbury; Richard Burton; Charles Ribeirrolles; Hermann Burmeister; Mary Graham, Ferdinand Denis.

A obra de Spitz e Martius assume a mesma importância em relação ao Brasil que a de Humbolt para a América Central e Meridional pelo valor dos estudos e registros efetuados e pela forma como repercutiu na Europa, atraindo o interesse e a atenção do mundo para a natureza tropical. Graças a esses dois naturalistas, o Brasil pôde identificar e conhecer o verdadeiro valor de seus recursos naturais e culturais. A expedição do zoólogo Spitz e do botânico Martius foi organizada por motivos políticos pelo rei Maximiliano da Áustria que resolveu anexar à comitativa real encarregada de trazer ao Brasil a arquiduquesa Leopoldina, futura consorte de D. Pedro I, uma comissão com o propósito de estudar a História Natural do país. Ao chegar, extasiavam-se com o panorama tropical descortinado da Baía da Guanabara. *"À direita e à esquerda, elevam-se como portões da baía, escarpados rochedos, banhados pelas vagas do mar; o que domina ao sul, o Pão de Açúcar, é um conhecido marco para os navios afastados. Depois do meio dia alcançamos, aproximando-nos cada vez mais do mágico panorama, os colossais portões de rocha, e finalmente por eles entramos no vasto anfiteatro, onde o espelho do mar reluzia como sossegado lago; onde espalhadas em labirinto, ilhas olorosas verdejavam, limitadas no fundo por uma serra coberta de matas, como jardim paradisíaco de exuberância e magnificência."* É exatamente essa exuberância e a magnificência que irão deslumbrá-los, quando se adentrarem nas matas e montanhas, por mais inacessíveis que sejam, coletando, descrevendo e desenhando as mais diferentes e espetaculares espécies.

As condições dessas viagens, sobretudo para jovens europeus recém formados e acostumados ao conforto de grandes cidades, tornam seus feitos ainda mais heróicos. Viajando sobre o lombo de animais ou em canoas, dormindo em barracas, passando até pela falta de água e alimentos, sendo picados por insetos, atingidos por febres que quase lhes levam a vida, sem mobiliário para dormir, herborizar, taxidermizar, escrever e desenhar, produziram uma obra ciclópica, a *Flora Brasiliensis*, com 46 volumes *in folio*. Base de toda a botânica sistemática brasileira, a *Flora Brasiliensis* levou 66 anos para ser concluída. São 1.100 desenhos, tratando de umas 10.000 descrições de espécies vegetais, das quais 5.939 até então desconhecidas pela ciência. Spitz e Martius produziram o primeiro mapa fitogeográfico brasileiro. Coletaram milhares de plantas das quais prepararam exsicatas para os herbários reais de Viena. Além disso, organizaram coleções etnográficas, mineralógicas e uma coleção zoológica com 85 mamíferos, 350 aves, 130 anfíbios, 116 peixes, 2.700 insetos, com indicações precisas sobre os locais onde foram coletadas as espécies.



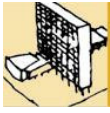
Outro viajante de agradável leitura é Maximiliano, príncipe de Wied-Neuwied que constatou que “*até agora a natureza realizou mais pelo Brasil do que o homem*”. Paisagens descritas por Maximiliano, como as luxuriantes florestas do Rio Doce, de árvores colossais e povoadas por uma infinidade de animais, foram quase totalmente destruídas, a vegetação transformada em carvão, a fauna dizimada e muitas espécies extintas.

O médico, mineralogista e botânico Johann Emanuel Pohl compunha a Missão Austríaca que veio ao Brasil para o casamento de D. Pedro I com a Princesa Leopoldina. Seu diário de viagem é um dos mais valiosos documentos sobre a fase que antecedeu a independência nacional.

O dinamarquês Dr. Peter Wilhelm Lund, desde 1835 até sua morte em 1880, pesquisou e explorou de forma científica e exaustiva, grutas e cavernas da região de Lagoa Santa. O abundante material paleontológico e arqueológico coletado trouxe muitas revelações sobre a biologia e a antropologia de tempos pretéritos. Estudos sobre fósseis e sobre o chamado *Homem de Lagoa Santa* vieram enriquecer as parcas informações sobre a geologia e a pré-história brasileira. Atraído pelos aspectos peculiares da vegetação de cerrado dos campos rupestres, Lund desejou aprofundar seus conhecimentos, convidando Eugene Warming para trabalhar a seu lado, complementando seus estudos. O livro *Lagoa Santa* de Warming é considerado obra pioneira de ecologia. De forma diferente da visão analítica de outros botânicos estudava todas os diferentes componentes do meio físico, biológico e humano e as relações entre cada um, em vanguardista concepção sistêmica. Warming, pela primeira vez, chamou a atenção para a importância e singularidade do cerrado, até então considerado sem nenhuma importância

O inglês George Gardner identificou muitas espécies novas de animais No Ceará ainda se pode encontrar, quase intactos e como Gardner os conheceu, lugares por ele descritos.

Dentre os importantes investigadores da natureza brasileira destaca-se o barão Grigory Ivanovitch von Langsdorff, de nacionalidade alemã, médico, botânico, zoólogo, antropólogo, filólogo, navegador, membro da Imperial Academia de Ciências da Rússia e cônsul-geral daquele país no Rio de Janeiro. Organizou uma expedição pelo Brasil, cujo percurso iria atingir lugares que ainda não haviam sido visitados por outros estudiosos. O roteiro de viagem de Langsdorff deve ter sido definido levando em conta lugares as mais remotas e desconhecidas regiões. Abrange os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, o Centro-Oeste e a Amazônia. Enfrentando as mais adversas condições, a expedição percorreu mais de 16.000 quilômetros, tendo recolhido coleções etnográficas com mais de 100 peças de arte indígena, vasto material botânico reunido em um herbário com mais de 100 mil exemplares de nossa flora e uma coleção de animais composta por mamíferos, répteis, peixes e pássaros empalhados. Foram produzidas centenas de cartas geográficas do território brasileiro e um arquivo com mais



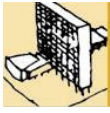
de mil páginas, com toda sorte de manuscritos contendo informações sobre geografia física e econômica, geobotânica, geozologia, economia, estatística, história, lingüística, mineralogia, toponímia e outros ramos da ciência, além de dados sobre mais de 500 localidades, incluindo grandes cidades, povoações, fazendas, postos alfandegários e minas, tratando de suas formas de produção e comércio e das diferentes composições étnicas.

Auguste de Saint-Hilaire foi designado para vir ao Brasil integrando a comitiva do Conde de Luxemburgo, incumbido de efetuar estudos sobre a natureza do país. Aqui permaneceu por seis anos, cumprindo o objetivo de estudar produtos vegetais e registrar todos os fatos que presenciava pelas mais longínquas paragens. Viajando no lombo de burros, dormia em barracas e cabanas, enfrentando picadas de insetos e contraindo febres. Visitou vasta extensão do Império do Brasil, cerca de 2.500 léguas, a partir do Rio de Janeiro de onde prosseguiu para as províncias de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Paraná Santa Catarina e Rio Grande do Sul, aventurando-se até a República Cisplatina, onde testemunhou o que ainda restava das missões jesuíticas à margem esquerda do Rio Uruguai. Sob o ponto de vista literário Saint-Hilaire legou uma das mais envolventes e deliciosas leituras sobre assuntos brasileiros. Registrou suas experiências em um diário que incorpora informações históricas, geográficas e estatísticas de outros autores. Chamando a atenção para a forma como se conduziam os moradores do país, denunciou erros cometidos contra a Natureza, alertando para resultados que acabaram por acontecer, o que confere a sua obra importância quase profética.

O zoólogo suíço Louis Agassis, chefiou a expedição científica norte-americana que percorreu o Brasil desde o Rio de Janeiro até as fronteiras com o Peru. Sua obra descreve a mata amazônica, *“a recordação de cenas que provavelmente nunca mais veremos. A floresta está muito mais rica em flores do que quando a percorri pela primeira vez seus pitorescos caminhos. As passifloras são sobretudo abundantes. Há uma espécie cujo perfume lembra o do jasmim-do-cabo; esconde-se na sombra mas é traída pelo perfume e, afastando-se os galhos, encontram-se, por certo suas grandes flores purpúreas e brancas, as folhas espessas e o caule escuro serpenteando sobre um tronco vizinho.”*

Maria Graham, senhora inglesa de apurada educação e com pendores artísticos para o desenho, opina, de forma não erudita mas nem por isto menos rica, sobre peculiaridades da paisagem, da vida, dos costumes e da história brasileira da qual testemunhou momentos conflituosos. Ao chegar ao Rio, surpreende-se com a beleza da paisagem da Guanabara: *“nada do que vi até agora é comparável em beleza à baía. Nápoles, o Firth of Forth, o porto de Bombaim e Tricomalee, cada um dos quais julgava perfeito em seu gênero de beleza, todos lhe devem render preito porque esta baía excede em cada uma das outras em seus vários aspectos.*



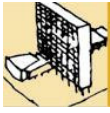


*Altas montanhas, rochedos como colunas superpostas, florestas luxuriantes, ilhas de flores brilhantes, margens de verdura, tudo misturado com construções brancas, cada pequena eminência coroada com sua igreja ou fortaleza, navios ancorados, ou em movimento, e inúmeros barcos movimentando-se em tão delicioso clima, tudo isso se reúne para tornar o Rio de Janeiro a cena mais encantadora que a imaginação pode conceber."*

Tão importantes quanto esses escritos são as imagens produzidas por artistas europeus que visitaram o Brasil no século XIX e que legaram uma obra gráfica registrando os lugares que percorriam. João Maurício, o Conde de Nassau, patrocinou a obra cartográfica de Barlaeus e telas da melhor qualidade artística registrando os tipos humanos, a flora, a fauna e a paisagem nordestina, de autoria de Franz Post e Albert Eckout. Legou-nos também textos científicos que despertaram enorme interesse na Europa como uma *História Natural do Brasil Ilustrada* "na qual se descrevem, não só as plantas e os animais, mas também as doenças, engenhos e costumes dos indígenas e ilustrado com mais de quinhentas figuras" de Guilherme Piso, e uma *História das coisas naturais do Brasil*, obra na qual, "durante suas excursões pelo Brasil, compôs com grande esforço, descreveu detalhadamente, com figuras por ele próprio desenhadas ao vivo, os nomes usados pelos indígenas, ou por ele impostos consoante as conveniências, o estudo das propriedades, na medida do possível, tudo reunido nesta história, para uso dos estudiosos e admiradores da Ciência Natural, de autoria de Jorge Marcgrave de Liebstad.

O século XIX foi retratado por artistas europeus como Johann Moritz Rugendas, Thomas Ender, Eduard Hildebrandt, Charles Landseer Jean Baptiste Debret, Johann Moritz Rugendas, Hercules Florence e Amadeu Adrian Taunay.

Os textos dos viajantes, detêm-se na descrição de plantas e de animais, nem sempre descrevendo as paisagens em seu aspecto mais amplo. A obra dos artistas plásticos encarrega-se de corrigir esta lacuna já que o registro dos panoramas foi feito com grande cuidado e precisão. Alguns fixaram cenários gigantescos em uma série de estampas que, juntadas em seqüência, reconstituíam um quadro natural de grandiosidade cênica, em uma extensão de 360°. O melhor exemplo são os desenhos de todo o conjunto da Baía de Guanabara feitos em uma série de oito vistas tomadas do alto do antigo Morro do Castelo, de autoria de William John Burchell, inglês que aportou no Rio de Janeiro em meados do ano de 1825, consideradas os mais belos panoramas circulares da paisagem brasileira. Burchell desenhou de forma minuciosa e realista os panoramas brasileiros, os habitantes do país, as cidades que percorreu, interiores e fachadas de edificações, das quais reproduz os menores detalhes arquitetônicos, em um total de 257 pequenas obras primas da arte do desenho. Naturalista dotado de talento artístico, sente-se tentado a trocar o estudo analítico da botânica pela visão de síntese da arte e só dedicar-se à



pintura, única forma de perceber de forma sintética tamanha diversidade. Assim como a obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, seu trabalho gráfico permaneceu ignoto dos brasileiros durante 150 anos, até ser localizado em uma biblioteca na África do Sul.

O imperador D. Pedro II já era, desde menino, fotógrafo amador. Fascinado com a nova arte, acolhia e protegia fotógrafos estrangeiros que, desde a segunda metade do século XIX chegavam ao Brasil. Propiciando-lhe condições de retratar o que o país tinha de mais interessante, ensejou a formação de inigualável acervo de imagens da melhor qualidade sobre a vida e a natureza, referência obrigatória para qualquer pesquisa sobre a paisagem brasileira.

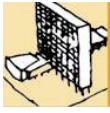
## 8. Rumos do Patrimônio Natural

Parques nacionais brasileiros, atribuição de órgãos ambientais, costumam ter dimensões maiores do que as de certos países europeus. Todavia, apesar da enorme diversidade de feições naturais e a pluralidade cultural do país, é ainda pequeno o número de paisagens protegidas pela legislação cultural.

Malgrado a diversidade de feições paisagísticas decorrentes das relações homem e natureza no Brasil, é pouco expressiva a ação protetora da paisagem por órgãos culturais. Uma consulta ao Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no qual se registram os monumentos naturais, os sítios e paisagens declarados como patrimônio, revela exíguo número de bens naturais tombados. Isto não significa desinteresse desses órgãos por esses bens mas explica-se por uma limitação da legislação de tombamento só contempla bens considerados excepcionais. A excepcionalidade não está no bem mas na visão de quem o contempla. Muitos bens que hoje são tidos como corriqueiros, amanhã serão excepcionais.

A Constituição Federal recomenda que a legislação cultural busque novas formas de acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação. A preservação do patrimônio cultural se ressentida da falta de alguns dispositivos legais para acautelamento do patrimônio natural, de forma tão eficaz como foi levada a cabo, na legislação ambiental.

Dentre as possíveis formas de legislação, seria oportuna uma lei que exigisse a adoção obrigatória de relatórios de impacto como instrumento para avaliação de propostas que afetem o patrimônio cultural. As próprias ações protetoras, como o tombamento, deveriam ser conduzidas por relatórios que avaliassem os efeitos gerais do tombamento de sítios complexos como paisagens e centros históricos urbanos. Após o tombamento, esses sítios passam a sofrer modificações que podem culminar em sua descaracterização, a maioria gerada pelo impacto do turismo.



Sendo o índio tratado de forma especial por um órgão federal, é recomendável que o patrimônio de sua cultura fosse objeto de atenção mais concentrada por parte de órgãos culturais.

A Marinha retirou do órgão federal de preservação do patrimônio cultural, a atribuição pela arqueologia subaquática. Sem desconsiderar a responsabilidade de um órgão militar por tudo aquilo que é submerso, não se pode excluir o único órgão com competência técnica para avaliação do valor cultural desses bens.

O patrimônio paleontológico requer instrumentos legais e atos efetivos de defesa e salvaguarda, da mesma forma que as paisagens e o entorno de sítios arqueológicos

A preservação de paisagens culturais deve ser atribuição de órgãos culturais. Para definir o conceito e as condições de preservação da paisagem cultural, é necessária uma forma de acautelamento que corresponda aos critérios da Unesco.

Iniciativas particulares de proteção a bens culturais devem ser incentivadas. A exemplo da legislação ambiental, que dispõe de uma lei na qual a vontade de proteger do proprietário é que decide criar reservas particulares de patrimônio natural, deveriam existir formas legais que permitissem a proprietários de terras com sítios de valor cultural, declará-las uma reserva cultural privada.

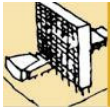
Enquanto a legislação cultural não dispõe desse aparato legal capaz de definir condições mais precisas para a preservação do patrimônio natural sob a ótica cultural, devem ser fomentadas e postas em prática, formas de gestão compartilhada, que integrem e articulem órgãos do poder público e a coletividade. A estratégia de assinatura de acordos internacionais para defesa de grandes territórios com valores culturais contínuos deveria ser também empreendida por países contíguos.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 2004

Dia de São Sebastião, padroeiro do Rio de Janeiro

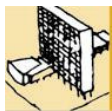
Carlos Fernando de Moura Delphim

Arquiteto da Paisagem



## 9. Bibliografia

- AB' SÁBER, Aziz Nacib. Os Domínios de Natureza no Brasil. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.
- AGASSIS, Louis, "*Viagem ao Brasil*", Editora Itatiaia Ltda. , 1975.
- ANCHIETA, Padre José de, "*Cartas Inéditas*", Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- CARDIM Fernão, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Editora Itatiaia Ltda. , 1980.
- CASTRO, Sílvio de, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, L&PM História Editores, 1987.
- BRASIL - Assembléia Nacional Constituinte. A Constituição do Brasil. Brasília, 1988
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues, *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*, Conselho Federal de Cultura, 1971.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues, *Viagem Filosófica ao Rio Negro*, Círculo do Livro, 1971.
- FERREZ Gilberto *A Fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Arte, 1985.
- FERREZ, Gilberto, *O Brasil de Eduard Hildebrandt*, Distribuidora Record de Serviços de Imprensa, 1981.
- FERREZ, Gilberto, *O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo Botânico William John Burchell – 1825/1829*, Fundação João Moreira Salles/Fundação Nacional pró-Memória, 1981.
- FERREZ Gilberto *O Rio Antigo do Fotógrafo Marc Ferrez*. Rio de Janeiro, Editora Ex Libris, 1984.
- GARDNER, George, "*Viagem ao Interior do Brasil*", Editora Itatiaia Ltda. , 1975.
- GRAHAM, Maria, *Diários de uma Viagem ao Brasil*, Editora Itatiaia Ltda. , 1990.
- LÉRY, Jean de, *Viagem à Terra do Brasil*, Editora Itatiaia Ltda. , 1980.
- MARCGRAVE, Jorge, *História das coisas naturais do Brasil*, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1948.
- MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied, *Viagem ao Brasil*, Editora Itatiaia Ltda., 1989.
- MOURA, Carlos Francisco, *A Expedição Langsdorff em Mato Grosso*, Universidade Federal do Mato Grosso, 1984.
- POHL, Johann Emanuel, *Viagem no Interior do Brasil*, Editora Itatiaia Ltda., 1976.
- SAINT-HILAIRE, Auguste, *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo - 1822*, Editora Itatiaia Ltda., 1974.
- RIBEIRO, Berta, "*O Índio na História do Brasil*", Global, 1983.



SAINT-HILAIRE, Auguste, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, Editora Itatiaia Ltda., 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste, *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo - 1822*, Editora Itatiaia Ltda., 1974.

SCHOBENHAUS, Carlos *et alli*. *Sítios Geológicos e Paleobiológicos do Brasil*. DNPM, Brasília, 2002.

SPITZ e MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, Editora Itatiaia Ltda. , 1981.

STADEN, Hans, *Dois Viagens ao Brasil*, Editora Itatiaia Ltda. , 1988.

THEVET, André, *As Singularidades da França Antártica*, Editora Itatiaia Ltda., 1978.

VELOSO, Frei José Mariano da Conceição, "*Plantas Fluminenses*", Biblioteca Nacional, 1976.

VESPÚCIO, Américo, *Novo Mundo*, L&PM História Editores, 1984.

WARMING, Eugênio, "*A Vegetação de Cerrados Brasileiros*", Editora Itatiaia Ltda. , 1973.